



## ARTIGO

**Arquivo Lésbico Brasileiro****(ALB):**

O “levante da memória” e a construção de uma rede dissidente

Paula Silveira-Barbosa, *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

Augusta Silveira de Oliveira, *Brown University*

---

**RESUMO.** O presente artigo busca contextualizar a criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) inserindo-o num processo mais amplo de iniciativas coletivas de preservação da memória de comunidades e sujeitos dissidentes da norma, buscando visibilizar histórias antes marginalizadas. Por meio do reconhecimento da particularidade da existência lésbica no Brasil, destacamos o processo de constituição de acervos LGBTQIA+ ao longo das últimas décadas, na medida em que também discutimos as condições que permitiram que a memória desses grupos fosse acionada. Por último, debatemos sobre o processo de constituição do Arquivo Lésbico Brasileiro como rede e iniciativa coletiva, sinalizando a sua particularidade e relevância para a história lésbica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos. História Lésbica. Memória LGBTQIA+.

---



“[...] E a memória não é só um espelho de fatos,  
mas um fato histórico: a própria memória  
é um fato histórico em si”  
(Alessandro Portelli, 2010).

## Introdução

Ao longo deste artigo, buscamos constituir um percurso histórico de ações de resistência lesbiana, sublinhando os aspectos que permitiram a construção de um presente, no qual a lesbianidade e o silêncio já não são mais sinônimos. Se antes, disputávamos espaços, hoje temos os nossos próprios, incluindo um arquivo para chamar de nosso. Enquanto a humanidade insiste em criar e hierarquizar categorias monolíticas para capturar a existência e limitar a subjetividade, apostamos na memória da dissidência para entrever futuros outros.

Neste texto, investimos na dissidência sexual e de gênero, por meio de reflexões sobre a memória lésbica e seus usos no presente, bem como na preocupação com sua preservação e difusão. Com isso, pretendemos ilustrar como a constituição de um arquivo lesbiano, mais especificamente, o Arquivo Lésbico Brasileiro, está inserida numa rede de ações que vêm se consolidando ao longo dos anos, em prol da liberdade plena para todas as lesbianas.

A criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) é fruto de um processo coletivo de prática de memória e de constituição de laços que se materializou em 2020. Neste artigo, destacamos a constituição de acervos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais e afins (LGBTQIA+), com destaque para as iniciativas lésbicas, desde a década de 1970 até a atualidade. Em seguida, refletimos sobre o processo de organização política atual e as condições que permitiram o que chamamos de “boom da memória” nos últimos anos.

Finalmente, discorreremos sobre a constituição do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) e as ações e atividades futuras da organização. Ao colocarmos o ALB em diálogo com iniciativas de memória LGBTQIA+, bem como com episódios de resistência como a tomada do Ferro’s Bar após a repressão por conta da distribuição do boletim ChanaComChana, estabelecemos um *continuum* na produção e preservação da memória lésbica, ao mesmo tempo em que destacamos sua particularidade dentro dos estudos de gênero e sexualidade. Além do valor político, o ALB emerge



como um “arquivo de sentimentos”, nos termos de Ann Cvetkovich (2003), que articula passado, presente e projetos de futuro.

Em *Olhares Negros* (2019), bell hooks afirma que a falta de referências positivas pode não apenas dificultar a constituição de identidades e comunidades<sup>1</sup>, mas também atravancar a construção do futuro, de uma realidade na qual os estigmas do presente não tenham mais lugar. Como pesquisadoras provenientes de um território forjado na exploração colonial, racista e homofóbica, nossas escolhas teóricas e metodológicas refletem essas marcas e, mais ainda, o anseio pela superação dessa ordem. Por isso, apresentamos nosso trabalho rejeitando os modos de pensar hegemônicos – que apartam teoria e subjetividade; que universalizam sistemas de raciocínio e ferramentas metodológicas, como já problematizou a pesquisadora Yuderkys Espinosa-Miñoso (2019).

## Memória e Arquivos LGBTQIA+

Mais do que um repositório de objetos ou textos, o arquivo é o próprio processo de seleção, ordenação e preservação do passado e de fazer história, na definição de Tirza True Latimer (2013). A construção da memória de determinado grupo não é um processo neutro, mas suscita questões sobre como os arquivos reforçam ou remodelam estruturas de poder. A existência de acervos LGBTQIA+ no Brasil e no mundo sinaliza a importância do trabalho de memória a respeito de sujeitos dissidentes da norma, e aponta para como as práticas arquivísticas podem visibilizar e articular grupos marginalizados.

De acordo com Jack Halberstam (2005), para culturas *queer*<sup>2</sup>, os arquivos têm funcionado como uma teoria de relevância cultural, uma construção de memória coletiva e um registro complexo da atividade da

---

<sup>1</sup> Adotaremos as definições de identidade e comunidade como articuladas por Gloria Anzaldúa (2021). Para a autora, a identidade é relacional, pois depende de como interagimos com nossa subjetividade e com quem está ao nosso redor. A comunidade, por sua vez, decorre da união de indivíduos com identidades comuns, similares. No entanto, é importante ressaltar que a teórica não enxerga tais definições como estanques ou mesmo naturais. Pelo contrário, compreende ambas como conceitos políticos e multidimensionais, em constante transformação, exatamente por seu caráter relacional.

<sup>2</sup> A concepção de *queer* aqui adotada acompanha os termos da *Queer of Color Critique*, cujos fundamentos residem nas produções de mulheres lésbicas e não-brancas, como descreve Caterina Rea (2018).



comunidade LGBTQIA+. A memória aparece como dispositivo na criação de laços, de um senso de hereditariedade, e assume feição de resistência às tentativas de apagamento, reiterando sua força política – como já apontou Renan Quinalha (2022).

No mundo, arquivos LGBTQIA+ se constituíram em conexão com a luta política dos movimentos sociais por direitos e cidadania, representando um movimento em prol da história desses grupos. E, segundo Rebecka Taves-Sheffield (2020), o reconhecimento por parte dos participantes do movimento do valor da cultura material produzida como resultado de ações coletivas para mudança social foi fundamental nesse processo. Acervos como *ONE Archives*, nos Estados Unidos, e *IHLIA LGBT Heritage*, na Holanda, tiveram início a partir da documentação de organizações e da imprensa voltadas para a população LGBTQIA+, principalmente de homens gays, preocupados com a preservação da memória coletiva da comunidade.

No Brasil, o movimento de criação de acervos especializados foi mais recente. A concentração de material sobre o movimento LGBTQIA+ misturado a acervos pessoais de ativistas, muitas vezes sem o correto tratamento ou com dificuldades de acesso, prejudicou a preservação de fontes históricas sobre o período. Nesses casos, pesquisadores precisam contar com a memória institucional de grupos e ONGs. O processo de “onguização” do movimento LGBTQIA+, nos termos de Regina Facchini (2005), de certa forma contribuiu para a preservação da memória institucional de grupos mais longevos, dada a documentação necessária para a participação em editais, relatórios produzidos e material de divulgação de ações financiadas pelo poder público.

Grupos longevos como Dignidade (PR), Grupo Gay da Bahia (BA) e Igualdade (RS) são exemplos de organizações que passaram por esse processo e possuem um extenso acervo que detalha suas atividades ao longo dos anos. Se, por um lado, discute-se a autonomia de um movimento nacional parcialmente financiado pelo Ministério da Saúde, como no caso dos programas de prevenção ao HIV/Aids ligados à promoção de cidadania, por outro, isso possibilita a preservação de material institucional e contribui para o fortalecimento de uma memória coletiva do movimento LGBTQIA+.

As limitadas iniciativas voltadas para o público enfrentaram dificuldades principalmente por conta do financiamento inconsistente para políticas culturais e do desmonte dos arquivos públicos no Brasil,



situação agravada nos anos recentes. Muitos acervos acabam guardados pelos próprios produtores da documentação ou material em questão, já que houve pouco interesse de instituições públicas na custódia dessas possíveis coleções (QUINALHA, 2022). A exceção são acervos ligados ao Estado, como Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com uma vasta coleção sobre o que ficou conhecido como a primeira geração do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), incluindo um extenso acervo sobre o ativismo lésbico.

Nesse contexto, há também centros de pesquisa como o CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul, que resultou de esforços regionais de historiadores da comunidade ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dedicados à preservação da memória de grupos locais. Iniciativas como essa se somam a núcleos de pesquisa em história do gênero e da sexualidade em outras instituições de ensino superior.

Em 2023, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul lançou um catálogo de fontes para pesquisa sobre História LGBTQIA+ no seu acervo, mas a iniciativa pioneira ainda é isolada no contexto nacional<sup>3</sup>. Na falta de respaldo dentro dos arquivos públicos, a sociedade civil se organizou para preservar a história LGBTQIA+ e memória dos movimentos sociais, com destaque para o Acervo Bajubá, em São Paulo, e o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott-CEDOC LGBTI+, em Curitiba.

Esses acervos independentes suprem a demanda por coleções LGBTQIA+ nas instituições de salvaguarda de documentos, facilitando o acesso de pesquisadores a possíveis fontes, mas dependem de financiamento externo e da ação de voluntários. O Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB), que discutiremos nas seções seguintes, emerge dessa realidade complexa relacionada à preservação da memória LGBTQIA+.

Uma iniciativa que congrega esses grupos e acervos em constituição é a Rede de Arquivos, Museus, Acervos e Investigadores LGBTQIA+ da América Latina (AMAI LGBTQIA+), fundada por pesquisadores em 2019. Cientes das hostilidades políticas e sociais às quais a população LGBTQIA+ foi submetida, o que certamente influenciou a falta de recursos e iniciativas de proteção à história e memória desses grupos, a AMAI surgiu como tentativa de articulação de acervos e pesquisadores, e

---

<sup>3</sup> Saiba mais sobre a ação em: <https://planejamento.rs.gov.br/arquivo-publico-apresenta-catalogo-de-materiais-sobre-populacao-lgbtqiapn>. Acesso em 4 jul. 23.



tem buscado vencer os desafios de interação e troca de saberes impostos pela pandemia de covid-19.

Nesse aspecto, destacamos que a presença preponderante da Igreja Católica na América Latina desde a invasão colonial, materializada no Tribunal do Santo Ofício, a constituição de ideais nacionais baseados na honra da família cisheteronormativa, bem como os regimes autoritários ao longo do século XX, perpetuaram a violência contra dissidentes sexuais e de gênero – processo que foi agravado pelo conservadorismo durante a epidemia de HIV/Aids<sup>4</sup>.

Por isso, como nos lembram Benito Schmidt e Rubens Mascarenhas Neto (2021), iniciativas que partem da América Latina demonstram o quanto há um esforço para que organizações se conectem, um ponto de referência que denota o desejo de memória e preservação por parte de ativistas e pesquisadores.

Além de registrar essas ações em prol da memória, ressaltamos alguns marcos históricos que antecederam esses eventos, promovendo uma espécie de “pavimentação do terreno” para que grupos de memória LGBTQIA+ pudessem surgir e se manter posteriormente. Em primeiro lugar, está a criação do Museu da Diversidade Sexual em São Paulo (MDS), no ano de 2012. Trata-se do primeiro espaço do tipo dedicado ao tema no Brasil. A instituição é vinculada ao governo do estado, por meio da Secretaria de Cultura<sup>5</sup>.

O MDS fica situado na República, bairro paulistano e popular que é historicamente reconhecido como ponto de encontro e sociabilidade de pessoas dissidentes sexuais e de gênero – como já demonstraram as pesquisas de James Green (2000) e Néstor Perlongher (2008), por exemplo. De fácil acesso e em localização central, o museu tem entrada gratuita. Esses atributos, aliados ao fato de o espaço estar sediado na cidade que promove a maior Parada do Orgulho do mundo favorecem a continuidade do projeto, a despeito do conservadorismo dos governos e da sociedade brasileira. Além disso, por promover ações dentro e fora de suas instalações, inclusive em ambiente virtual, o MDS tem fomentado o

---

<sup>4</sup> Sobre processos de inquisição na América Latina e colonialidade do gênero ver, Lígia Bellini (1989) e María Lugones, 2020, respectivamente. Já a respeito da relação entre políticas de Estado brasileiro a partir do século XX e sujeitos dissidentes, ver Carlos Figari, (2007) e Renan Quinalha (2022).

<sup>5</sup> Saiba mais sobre o museu aqui: <https://museudadiversidadesexual.org.br/sobre>. Acesso em 30 nov. 2022.



debate sobre a memória LGBTQIA+ para além dos limites do estado de São Paulo.

Já em 2014, também em São Paulo, instaurou-se a Comissão da Verdade. Pela primeira vez, o Estado brasileiro revisitou e procurou reparar as vítimas da ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964. Também foi a primeira vez que as discussões sobre esse período levaram em consideração a perseguição sofrida por minorias sexuais e de gênero (GREEN, QUINALHA, 2015), fomentadas por esforço de ativistas e movimentos sociais.

O valor da Comissão se acentua ao examinarmos a História LGBTQIA+ durante o período. Apesar de não haver nenhuma norma abertamente discriminatória contra a comunidade LGBTQIA+ durante o regime militar, o arsenal jurídico de então escamoteou o direito à liberdade de expressão e opinião, o direito de defesa e ao contraditório. Isso deu salvo conduto a autoridades públicas para exercer o controle dos corpos e dos territórios com base no conservadorismo moral e político. Como exemplo, citamos as operações policiais comandadas pelo delegado Wilson Richetti, que reprimiram lésbicas, gays, travestis e prostitutas. Com o argumento de “limpar” a cidade, os policiais prendiam e extorquiam aquelas pessoas que consideravam “desviadas” – como detalham Rafael Freitas Ocanha (2014) e Renan Quinalha (2017).

Ainda nesse sentido, convém citar que a escritora mais censurada da ditadura foi uma lésbica: Cassandra Rios. A autora foi também a primeira mulher a alcançar a marca de um milhão de exemplares vendidos. Porém, sendo ela uma dissidente da norma sexual vigente, importante figura cultural e escritora de temas considerados agressivos à “moral e aos bons costumes”, que retratavam a vida privada e guetos frequentados pelas chamada “minorais sociais”, ela não passou despercebida às autoridades. E, como rememora Marisa Fernandes (2015), Cassandra foi presa, agredida, além de ter tido sua editora fechada e seus livros recolhidos.

Outro marco importante para desenvolvermos nosso argumento é o ano de 2018. Na época, por ocasião da celebração dos “40 anos do movimento LGBT”<sup>6</sup>, foram realizados eventos e publicadas coletâneas de livros, além de dossiês acadêmicos. Uma das publicações mais difundidas

---

<sup>6</sup> Apesar de termos usado o termo LGBTQIA+ ao longo de todo o artigo, optamos pela grafia abreviada neste trecho por se tratar da maneira como os eventos foram celebrados e descritos na época.



foi, talvez, a coletânea de James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes (2018): *História do Movimento LGBT no Brasil*. O livro teve lançamentos em pelo menos três estados e teve boa divulgação nos jornais de maior circulação do país.

Apesar de a celebração deste marco muitas vezes invisibilizar iniciativas que surgiram antes de 1978 e fora do estado de São Paulo<sup>7</sup>, não é possível negar que os eventos promovidos em memória da data ampliaram de modo significativo o debate, o conhecimento e as pesquisas sobre memória LGBTQIA+. O tema, muitas vezes escanteado até por ativistas e pesquisadores da área, parece viver desde então seu auge produtivo.

Hugo Menezes Neto e Thiago Barcelos Soliva (2023) indicam compreensão similar ao apontar que a expressão mais impressionante da dimensão programática da “Museologia LGBT+” se apresenta:

[...] na criação de novos museus, especialmente museus virtuais que por sua natureza tem alto alcance de público, grande poder de mobilização e autonomia para uma gestão desvinculada das estruturas limitantes e conservadoras dos museus físicos convencionais/normativos (MENEZES NETO; SOLIVA, 2023, p. 44-45).

Mas entre acervos LGBTQIA+, quais dedicam-se exclusivamente à preservação da memória lésbica? Num contexto de emergência de acervos que buscavam preservar registros de diferentes expressões de gênero e sexualidade, veremos que as iniciativas que focam na história lésbica se destacam pelo compromisso político com a luta feminista e o entendimento da particularidade da lesbianidade<sup>8</sup>.

Diante do apagamento da lesbianidade dos arquivos, sugeriram iniciativas com o objetivo de contradizer o discurso da patologização das identidades não-normativas, percebidas como desvio. Nesse sentido, Jean Bessette (2017), indica que acervos constituídos por comunidades lésbicas

<sup>7</sup> Sobre ações desse tipo, ver, por exemplo, Luiz Morando (2018). No que se refere especificamente às lésbicas, a tese de Nádia Nogueira (2005) apresenta um bom panorama sobre a década de 1950 no Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Ações como essa estão em consonância com a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil e no exterior, que, em sua maioria, buscava independência em relação a organizações de caráter mais reformista e institucional. É o que mostram, por exemplo, os estudos de Carlos Figari (2007), Norma Mogrovejo (2000) e Jules Falquet (2001, 2006). Some-se a isso o fato de a militância lésbica articular a sua identidade para além das práticas sexuais, construindo organizações que evidenciam essa perspectiva.



estavam preocupados com a preservação da memória, mas também com a mudança social no contexto em que surgiram.

O *Lesbian Herstory Archives (LHA)* é um desses acervos, criado na década de 1970 e dedicado não só a ser só um repositório de material sobre as vivências lésbicas, mas com uma função dinâmica de relevância cultural, memória coletiva e atividades voltadas para a comunidade. Originalmente uma coleção pessoal colaborativa, abrigada num apartamento, a iniciativa cresceu até ganhar sua própria sede no Brooklyn, em Nova Iorque. O LHA buscou inovar não só na temática do acervo, mas também nas práticas arquivísticas, ao catalogar o material tendo como referência o primeiro nome de quem o produziu, ao invés do sobrenome, o que muitas vezes invisibiliza a produção das mulheres.

Além disso, outras identidades estão representadas no acervo, como *butches*, mulheres bissexuais, mulheres e homens trans, ultrapassando as barreiras entre categorias arquivísticas para estabelecer relações dentro da diversidade (BESSETTE, 2017). O LHA permanece um espaço comunitário engajado, apesar do declínio no movimento lésbicas-feminista e o desaparecimento de muitos espaços culturais voltados para lésbicas, abundantes nos anos 1980.

O *June L. Mazer Lesbian Archives* também partiu de uma organização coletiva na década de 1970, motivada pela ausência de lésbicas nos arquivos e registros históricos. Assim como o LHA, o arquivo *June L. Mazer* subsiste pelo voluntariado, além de se beneficiar de parcerias com universidades da costa oeste dos Estados Unidos, onde está localizado. Arquivos comunitários como esse emergem de uma consciência coletiva de que a documentação limitada ou tendenciosa a respeito da lesbianidade dificulta o ativismo político. Ou seja, registros arquivísticos podem ajudar determinados grupos e a sociedade em geral a entenderem seu significado.

Assim, a guarda e administração dos documentos e outros recursos culturais garantem a preservação da memória e construção de uma história compartilhada não só da repressão sexual, mas também da luta por cidadania e direitos. Esta documentação, por sua vez, definida e coletada pela comunidade, serve para moldar e promover uma identidade lesbiana compartilhada que contrabalança seu *status* social marginalizado – como observado por Elizabeth Joffrion (2014).

Outras iniciativas, como o *Archives of Lesbian Oral Testimony*, no Canadá, também se destacam por sua ligação com instituições de ensino,



bem como a preocupação com a democratização do acesso às fontes a respeito das vivências lésbicas. O contato frequente com a comunidade parece ser chave para um envolvimento mais significativo, o que determina o sucesso desses projetos.

Há uma implicação política e afetiva na criação de acervos e coleções exclusivamente lésbicas. Comunidades marginalizadas se interessam na preservação de registros de existências lesbianas de períodos anteriores ao atual e se envolvem na construção coletiva de espaços e bancos de dados acessíveis para outras pessoas. Um arquivo útil possui poder afetivo, capaz de produzir não apenas conhecimento, mas emoções, nos termos de Ann Cvetkovich (2003). Diz a autora:

A história lésbica e gay exige um arquivo de emoção radical para documentar intimidade, sexualidade, amor e ativismo — todas as áreas de experiência que são difíceis de relatar por meio dos materiais de um arquivo tradicional. Além disso, os arquivos gays e lésbicos abordam a perda traumática da história que acompanhou a vida sexual e a formação de públicos sexuais, e afirmam o papel da memória e do afeto para compensar a negligência institucional (CVETKOVICH, 2003, p. 241, tradução nossa)<sup>9</sup>.

O fato de grande parte das instituições voltadas para a memória LGBTQIA+ terem sido fundadas e serem compostas por equipes que se identificam com alguma(s) das identidades representadas na sigla é indicativo do investimento político e pessoal de ativistas e pesquisadores. O poder afetivo desses acervos, nesse sentido, concretiza-se na sua capacidade de representar a ligação entre vivências LGBTQIA+ no passado e no presente. No caso das iniciativas de memória lésbicas, a preocupação com a preservação de registros da vida íntima, de materiais relativos à contracultura, ou outras evidências efêmeras ainda se relaciona com o fato de que as vivências lesbianas aparecem com menos frequência nas fontes documentais.

Além disso, as possibilidades de salvaguarda se multiplicam: itens pessoais como diários, cartas, indumentária e fotografias adquirem maior importância na documentação de experiências anteriores à emergência de

---

<sup>9</sup> No original: “Lesbian and gay history demands a radical archive of emotion in order to document intimacy, sexuality, love, and activism — all areas of experience that are difficult to chronicle through the materials of a traditional archive. Furthermore, gay and lesbian archives address the traumatic loss of history that has accompanied sexual life and the formation of sexual publics, and they assert the role of memory and affect in compensating for institutional neglect.”



uma subcultura lésbica, principalmente quando arquivos tradicionais falharam em compreender a particularidade das sexualidades não-normativas. Insistindo no valor de materiais aparentemente marginais ou efêmeros, arquivos gays e lésbicos propõem que afetos - e sua associação com a memória pessoal, fantasia e trauma - se tornem um documento significativo (CVETKOVICH, 2003).

O arquivo de sentimentos, assim, se faz essencial para a preservação desses registros. Essa proposta rompe com a divisão entre subjetividade e objetividade, reiterando que a própria produção do acervo é mediada por sentimentos, e não somente pela salvaguarda de documentos a serem “desvendados”. A relação de identificação é fundamental, pois a própria existência de arquivos LGBTQIA+ já é uma ação de reparação da perda de memória coletiva. Na história lésbica brasileira, arquivar sentimentos parece ser, então, peça chave para a relação entre memória e ativismo.

## Memória Lésbica no Brasil

A ditadura militar marcou um período de inflexão à perseguição de dissidentes da norma de sexo e gênero. Embora a normatividade e expectativas sociais tenham, ao longo do século XX, fomentado a criação de uma subcultura que hoje chamamos de LGBTQIA+ com espaços de sociabilização distintos e redes privadas de relacionamento, a ideologia conservadora do regime e a associação entre subversão política e perversão moral contribuíram para maior repressão da comunidade.

Mesmo durante o período da abertura, o aparato de repressão, ocioso após a derrota da luta armada, direcionou esforços para o que se entendia como pauta dos costumes, atacando espaços da vida urbana noturna LGBTQIA+ com operações policiais de “limpeza”. Durante a década de 1980, as lésbicas e outras minorias sexuais e de gênero foram alvo de discriminação de forma ainda mais explícita. Esses atos de violação ocorriam não apenas na forma de operações policiais, como as que mencionamos brevemente acima, mas também por iniciativa de civis que, sentindo-se autorizados pelas concepções dominantes sobre gênero e sexualidade, investiam contra grupos minoritários<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O documentário *Temporada de Caça*, da cineasta lésbica Rita Moreira, é fonte para compreender a naturalização do preconceito e da discriminação homofóbica no Brasil durante a década de 1980. Gravado após uma série de assassinatos de gays e lésbicas em São Paulo e no Rio de Janeiro, o filme revela o desdém e, em muitos casos, a validação da violência contra essas pessoas, tidas como ameaça moral.



No que se refere à discriminação especificamente contra lésbicas, temos o emblemático protesto no Ferro's Bar – estabelecimento de frequência lesbiana na capital paulista – palco de um ato de preconceito contra aquela que era a principal clientela do local. Integrantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) distribuía o boletim da organização, o *ChanaComChana*, no bar: essa era a forma desse coletivo contribuir para a politização das lésbicas, além de ampliar a rede de contato e manutenção do grupo. Em julho de 1983, no entanto, um dos proprietários impediu a venda do periódico no local.

Como resposta, o GALF, junto a parlamentares de esquerda e ativistas dos movimentos feminista e homossexual organizaram um protesto em 19 de agosto do mesmo ano, quando reforçaram o papel das liberdades sexuais e democráticas e realizaram a retomada simbólica do espaço. A ação se tornou um marco para o movimento de lésbicas, aludindo até a um possível “Stonewall brasileiro”, em referência à rebelião espontânea de Nova Iorque, iniciada em 28 de junho 1969, quando frequentadores de um bar do *Greenwich Village* reagiram à violência policial. No Brasil, a importância do protesto no Ferro's Bar levou o dia 19 de agosto a ser escolhido para a celebração do Dia do Orgulho Lésbico (GREEN; QUINALHA, 2015).

A respeito da rede de ações lesbianas desde o século XX até o presente, convém salientar que qualquer história lésbica é uma “história de descontinuidades”, marcada por rupturas, interrupções e ausências (BESSETTE, 2017). Essas interrupções e descontinuidades são também características da história das mulheres visto que elas foram removidas do cânone da historiografia tradicional que privilegiou o sujeito masculino, branco, heterossexual e cisgênero.

Tais ausências se conectam com a diferente sociabilização das mulheres, sua menor presença no espaço público, diferenças de classe e raça que contribuíram para a menor prevalência de registro que detalham a dissidência sexual feminina. Como podemos superar os limites que a pesquisa histórica nos apresenta para reconstruir um passado lésbico que foi largamente relegado às margens da historiografia?

Quando colocamos em perspectiva as ações de resistência lésbica ao longo dos anos e a emergência de iniciativas como o Arquivo Lésbico Brasileiro, contribuimos para preencher lacunas na história do ativismo lésbico e, ao mesmo tempo, ressignificar e centralizar eventos chave como o protesto no Ferro's Bar, em 1983. Preservar a memória é contribuir para



um “arquivo de sentimentos” do ativismo lésbico, e produzir novos significados sobre gênero, sexualidade e memória, conectando passado e presente através da proposta de preservação de registros. Esse mesmo movimento também cria conexões, mobiliza pesquisas e fortalece uma rede de relações contemporânea, que precisa se adaptar às distâncias físicas por meio da tecnologia e de outras estratégias de comunicação.

O ALB preenche uma lacuna na preservação da memória lésbica no Brasil, ao mesmo tempo em que se conecta com uma tradição de resistência lésbica, simbolizada nas ações ocorridas no Ferro’s Bar, mas também anterior, de criação de uma subcultura e de uma rede de relações que existiu e prosperou apesar da repressão. Sobre esse tópico, vale destacar que o surgimento do Arquivo e de outras iniciativas similares se deu durante a vigência de um governo abertamente contrário a iniciativas de proteção e garantia de direitos para a comunidade LGBTQIA+ e avesso à preservação da memória e da cultura do país – como demonstram os escritos de Caio Matos (2022) e de André Fontan Köhler, Renato Eliseu Costa e Bárbara Rodarte de Paula (2021).

Apontamos que o ALB é também produto e materialização de viradas e mudanças (in)disciplinares que possibilitaram sua emergência. A ideia de que haveria uma especificidade a respeito da lesbianidade foi contestada não só dentro do movimento homossexual brasileiro na sua gênese, no final da década de 1970, com episódios de misoginia que culminaram na proposta autônoma de iniciativas como o GALF, mas também no movimento feminista, que inicialmente foi avesso à discussão da sexualidade não-normativa.

O “não-lugar” do movimento lésbico tanto dentro do movimento feminista como do movimento homossexual, mobilizou ativistas de maneira combativa e colaborativa, dada a necessidade de forjar alianças para avançar demandas de constituição de uma comunidade lésbica. O movimento lésbico brasileiro, já na década de 1980, estava ciente de autoras e discursos contestatórios a respeito da categoria lésbica e do seu lugar no sistema sexo-gênero.

Leituras como Monique Wittig e Adrienne Rich já faziam parte da formação de lésbicas ativistas no período, e certamente influenciaram a construção de uma agenda política (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016). É o que mostram, por exemplo, os relatos sobre ativismo presentes na Imprensa Lésbica já nas décadas de 1980 e 1990 (SILVEIRA-BARBOSA, 2019).



Nesse sentido, também mencionamos as pesquisas que precederam e fomentaram novos trabalhos sobre o tema, como o clássico *O que é Lesbianismo?*, de Tania Navarro-Swain, (2000), além da tese de Patrícia Lessa (2007). Tais estudos se somam aos esforços de setores do próprio movimento em estabelecer balanços e avaliações do ativismo, além de poderem ser interpretados como um arquivo das lesbianidades como campo de pesquisas (KUMPERA, 2021; MAIA, 2017).

Ressaltamos tais iniciativas não apenas pelo pioneirismo e pela qualidade teórica que apresentam, mas também por romperem com uma tradição de silêncio e apagamento imposta às vivências lesbianas - fato que ocorre pelos mais variados motivos e pode acarretar consequências negativas, como já apontou Paula Silveira-Barbosa (2021).

[...] A falta de preservação adequada das memórias lésbicas faz com que as pesquisas se apoiem quase sempre nos mesmos referenciais, algo que pode limitar a pluralidade de narrativas. Outro elemento negativo se refere à própria manutenção dos arquivos, já que muitas vezes os materiais são guardados de maneira inadequada, sem a sistematização requerida e nem condições necessárias para evitar a deterioração das fontes. Essa questão contribui para a invisibilidade de iniciativas e experiências importantes do segmento lésbico.

O fato de boa parte dos materiais sobre o passado das lésbicas brasileiras estar restrita a arquivos particulares também dificulta o acesso às fontes e, conseqüentemente, a produção de pesquisas sobre a temática. Afinal, se a pesquisadora interessada não conta com alguém que possa conectá-la às pessoas que possuem material de estudo ou mesmo condições financeiras para se deslocar até o lugar de guarda desses itens, as pesquisas ficam prejudicadas já no princípio. (SILVEIRA-BARBOSA, 2021, p. 40).

A história do movimento que culmina na fundação do ALB não se separa dos caminhos tomados pelo debate a respeito de gênero e sexualidade. Ao criarmos um arquivo lésbico, precisamos pensar no que consiste uma lésbica, até que ponto essa identidade pode ser transposta para o passado e de que forma mulheres que não conformam com a norma heterossexual e cisgênera se relacionaram com esse termo. Nesse ponto, assim como as ativistas da década de 1980, o ALB está atento às discussões sobre o tema.

Embora utilizar “lésbica” possa parecer datado num contexto em que os debates sobre gênero e sexualidade parecem terem se expandido além das identidades fixas, “lésbica” pode ser um atalho produtivo e um termo guarda-chuva para descrever relações amorosas e sexuais fora da



norma. Não só um termo de autoidentificação, mas discursos oficiais, médicos e midiáticos também produziram essa categoria que, em diferentes contextos, interseccionou com ideias a respeito da transgeneridade, como demonstra Augusta da Silveira de Oliveira (2023). Ao invés de somente buscar identificar lésbicas no passado, partimos do princípio de que a história lésbica é a história de uma ideia, mais do que de um grupo de pessoas, nos termos de Nan Alamilla Boyd (2013).

Historicizar a existência do ALB, portanto, é fundamental para entendermos em que contexto ele se insere, e como chega ao presente sem pretensões memorialistas em relação a um passado idealizado, mas em diálogo com iniciativas contemporâneas e parte de uma rede mais ampla de iniciativas da sociedade civil que valorizam a História e Memória LGBTQIA+.

## Histórico do ALB

Em 2017, quando é publicada a dissertação “*Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*”, de autoria de Caio C. Maia, abre-se um novo caminho de investigação. Em sua pesquisa, o autor enumerou arquivos, grupos e ativistas que lhes serviram de fonte – facilitando a exploração da imprensa lesbiana e temas correlatos, de maneira generosa e pouco usual na academia.

Com esse mesmo espírito de partilha, o autor, à época identificado como mulher lésbica, toma a iniciativa de criar um grupo de *WhatsApp* chamado “Pesq Imprensa Lésbica”. O feito ocorreu no início de 2019, depois de um ano de intensas trocas com a historiadora Larissa Martins e a jornalista Paula Silveira-Barbosa, que também pesquisavam o assunto em seus estudos de mestrado. A partir daí, criou-se uma pequena rede de compartilhamento de referências pessoais e acadêmicas para facilitar as investigações. Como extensão desse grupo, também havia uma pasta virtual colaborativa de bibliografia.

Posteriormente, outras lésbicas entraram no grupo. Nesse sentido, dois eventos merecem destaque: o primeiro é o 30º Simpósio Nacional de História, que ocorreu em julho de 2019, em Recife. Na ocasião, houve o primeiro simpósio temático dedicado exclusivamente às homossexualidades, além de mesas sobre pesquisas em lesbianidades. Foi nesse contexto que o pequeno grupo de *WhatsApp* se expandiu de maneira mais significativa.



A segunda ampliação dessa rede ocorreu durante os preparativos para o 12º Fazendo Gênero, que também contou com simpósios e debates sobre lésbicas. Embora tenha ocorrido apenas em julho de 2021, as pesquisadoras já estavam se articulando para submeter trabalhos e atividades muito antes – o que fortaleceu sua interlocução acadêmica e mesmo os laços pessoais que posteriormente resultaram na criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB).

Tendo em vista a numerosidade e o ineditismo de muitos dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, passamos a articular ações públicas. Um exemplo foi o *A(gosto) das lésbicas*, organizado em parceria com o coletivo Cine Sapatão. No evento, foram realizados debates virtuais sobre lésbicas no audiovisual, na literatura, na ditadura, na universidade e na imprensa.

Em seguida, com a proximidade dos 40 anos da Imprensa Lésbica brasileira, discutiu-se um evento para marcar a data. Na época, parte das pesquisadoras já havia encerrado ou estava prestes a finalizar suas dissertações e teses. De modo que o destino das fontes coletadas para a pesquisa – via doações ou compras – já preocupava o grupo.

A partir de então, passou-se a discutir a criação de uma instituição de memória dedicada à preservação e à difusão da memória lesbiana. A ideia era democratizar o acesso às fontes para pesquisas e para a comunidade em geral. Além disso, discutiu-se a necessidade de garantir proteção legal aos itens – daí a necessidade de formalizar a instituição, registrando-a nos órgãos competentes. Afinal, acreditávamos que o projeto deveria permanecer e adquirir características próprias, além de ser adotado pela comunidade lésbica e não se restringir a um segmento particular.

Durante cerca de três meses, as integrantes se encontraram semanalmente para debater os termos do estatuto, estudar os processos burocráticos para registrar e manter o arquivo, além de delinear projetos e custos futuros. Toda a articulação foi acompanhada pelas advogadas Hanna Iwamoto de Thuin e Hanna Maryam Korich, que viriam a ser as secretárias jurídicas da instituição.

Estando as integrantes de acordo com a formatação final da proposta, aconteceu em 19 de dezembro de 2020, a assembleia de fundação do Arquivo Lésbico Brasileiro, assim como a posse de sua primeira diretoria. O artigo 6º do estatuto, que versa sobre os objetivos da instituição, estabelece que ela visa:



- I – Preservar registros históricos relativos às lesbianidades, oriundos do Brasil ou do exterior;
- II – Democratizar o acesso a registros históricos sobre lesbianidades, tais como materiais escritos, imagéticos, audiovisuais, testemunhos orais e em quaisquer outros formatos compatíveis com a capacidade de armazenamento da entidade;
- III – Ser um centro de referência de pesquisa e documentação lésbica;
- IV – Contribuir para o exercício da cidadania de lésbicas com ações voltadas para educação, cultura, memória, saúde e direitos humanos (ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO, 2020).

Após a fundação, ocorreu em 15 de janeiro de 2021 a comemoração dos 40 anos da Imprensa Lésbica brasileira. O evento contou com a participação da escritora Natalia Borges Polessio e da professora Patrícia Lessa. No encontro, transmitido pelo *Facebook* do ALB, foi lembrada a publicação do boletim *Iamuricumá*, no Rio de Janeiro, e do jornal tablóide *ChanaComChana*, em São Paulo, que ocorreu em janeiro de 1981 – marcando o início da imprensa lesbiana no Brasil (MAIA, 2017; SILVEIRA-BARBOSA, 2019). Essa ação representou não apenas a lembrança de um fato histórico, mas a instituição de um marco político-afetivo, já que a primeira atividade pública do grupo retomou o tema que uniu as pesquisadoras responsáveis por fundar o ALB.

Durante o evento, foi anunciada a abertura de inscrições de um curso sobre Imprensa Lésbica, cuja verba arrecadada permitiu o pagamento da programadora Mariana Assis para desenvolver o site do Arquivo<sup>11</sup>. O curso foi realizado em parceria com o coletivo Redes em Movimento e o Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez, da Universidade Federal do Rio Grande (FURB). Essa parceria permitiu a certificação de todas as pessoas inscritas.

A partir da rede ali constituída e de novos apoios de coletivos, grupos universitários e instituições de memória, além de divulgação na imprensa, o ALB realiza uma campanha de financiamento coletivo. Lançada em junho de 2021, a campanha “Firmando as raízes do Arquivo Lésbico Brasileiro” ultrapassou a meta de arrecadação.

Com isso, foi possível equipar a instituição para promover a devida acomodação, digitalização e disponibilização dos itens do acervo por meio do site. Para acessá-lo, basta se cadastrar gratuitamente pela internet. Após o cadastro ser aprovado, a pessoa usuária pode navegar livremente

<sup>11</sup> <https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/>. Acesso em 14 dez. 2022.



pela área restrita do site onde já estão a coleção de Imprensa Lésbica, o acervo fotográfico de carnaval, além de livros do Clube de Leitura do ALB.

Atualmente, os itens estão sob a guarda das diretoras em suas residências, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se encontram também os equipamentos já adquiridos para a manutenção do acervo. Nesse aspecto, devemos lembrar que tratamentos de itens mais delicados como livros e documentos em estágio avançado de deterioração devem ser realizados em instituições parceiras, a exemplo do AEL.

No que se refere à difusão de memória de maneira mais ampla, há as mídias sociais, onde voluntárias e integrantes do ALB divulgam e rememoram figuras, acontecimentos e marcos importantes para a comunidade lesbiana. O Arquivo conta, ainda, com uma *newsletter* mensal enviada às filiadas, voluntárias e colaboradoras eventuais. O objetivo é informar essas apoiadoras sobre as atividades do ALB, além de fomentar o desenvolvimento de uma rede dispersa de lésbicas, comunicando a respeito de metas estratégicas, interesses comuns e recuperando a história lésbica para imaginar um futuro compartilhado (TAVES-SHEFFIELD, 2020).

Além disso, esse tipo de comunicação informa a respeito dos recursos e materiais recebidos pelo arquivo, o que contribui para o cumprimento de sua função social, bem como a publicidade e a transparência de sua gestão.

Talvez o mais importante a se considerar no contexto da emergência de diferentes iniciativas voltadas para a preservação da memória LGBTQIA+ seja o acesso a esses acervos. Nessa perspectiva, sinalizamos o papel das humanidades digitais (*digital humanities*) e das ferramentas de acesso aberto que permitem que pesquisadores interessados consultem os acervos independentemente de sua localização. Iniciativas digitais facilitam a construção colaborativa de conhecimento, uma plataforma democrática que desestabiliza a hierarquia na produção dos saberes (CHENIER, 2016), indicando novos caminhos da historiografia.

O envolvimento da comunidade reforça a conexão entre usuários e arquivos, o que contribui para a construção do arquivo em si e enriquece as práticas de preservação da memória, visto que horizontaliza a relação entre fontes historiográficas e quem usa material.

Atualmente, os maiores desafios que se colocam são a ampliação das formas de manutenção do Arquivo, alicerçada principalmente nas anuidades e doações de suas filiadas, e a melhoria do sistema usado para



o acervo digital. Desde o lançamento do site até o momento da redação deste artigo, em dezembro de 2022, o ALB tem utilizado o *Tainacan*, plugin de acesso aberto desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília (UnB) e amplamente adotado em acervos digitais. Apesar da facilidade de sua incorporação, há entraves no que tange à usabilidade. Como salientou a cofundadora do ALB Julia Kumpera, responsável pela comissão que implantou o nosso acervo digital:

[...] O Tainacan só costuma exibir os itens das coleções após clicarmos em “ordenar por”. Sem isso, quem acessa o acervo se depara com um aviso de “erro de sintaxe”. Apesar de o ALB ter passado o último ano buscando soluções dentro e fora da wiki do *plugin*, ainda não conseguiu resolver esse impasse. Tal limitação não impede a busca, mas acrescenta uma etapa desnecessária ao processo que pode desestimular as pessoas interessadas. Nesse sentido, a Comissão de Acervo e Patrimônio, liderada pela museóloga, especialista em divulgação científica e voluntária do ALB, Júlia Botelho Pereira, estuda a migração dos itens para um outro sistema, nos moldes da *BibliON*, inaugurada em junho de 2022 pelo Governo do Estado de São Paulo (KUMPERA, 2023, p. 178).

O acesso democrático favorece que mais estudos sobre vivências LGBTQIA+ sejam desenvolvidas a partir contato com fontes primárias. O ALB está conectado a esses debates, cientes do papel das ferramentas digitais como ponte para o acesso à informação, interagindo com a experiência do usuário.

Os desafios enfrentados conectam-se com outras questões similares que tensionam iniciativas de memória LGBTQIA+. O *Lesbian Herstory Archives*, em Nova Iorque, armazenou seu material por décadas na casa de uma de suas fundadoras antes de comprar uma casa numa região historicamente habitada por lésbicas. Além disso, a manutenção do acervo e engajamento de pessoas voluntárias também parecem ser questões comuns por acervos LGBTQIA+ que se constituem de maneira comunitária. Olhar para o passado, nesse sentido, pode contribuir para avaliarmos possíveis caminhos do ALB. Nesse ínterim, as redes colaborativas constituídas provam-se fundamentais para a continuidade do trabalho de memória e preservação.

## Considerações Finais



Relembrar iniciativas de memória lesbiana é uma forma de dar continuidade aos esforços de constituir a categoria “lésbica” como ato de recusa ao patriarcado, como ato de resistência, para usar as expressões da pioneira Adrienne Rich (2010). Por isso, mais do que lembrar as contribuições de quem nos antecedeu, é necessário encarar a memória como algo criativo e com efeitos no presente. No disruptivo ensaio sobre heterossexualidade compulsória, a autora afirma:

[...] a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor (RICH, 2010, p. 36).

E numa elaboração mais recente e focada na América Latina, Yuderkys Espinosa-Miñoso é categórica:

A verdade é que a historicização do ideário lésbico na América Latina, e mesmo do ideário feminista, tem sido uma árdua tarefa realizada apenas por umas poucas. Talvez pela falta de fontes relevantes o suficiente para marcar uma geração. A legitimidade dos conhecimentos e pensamentos produzidos pelo feminismo da América Latina não foi levada a sério até muito recentemente.

[...] É grande o desafio de tentar divulgar e valorizar suas contribuições, assim como a árdua tarefa dos autores de elaborar um texto capaz de dar conta do contexto de produção a partir de um compromisso com a construção de suas próprias perspectivas interpretativas (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016, p. 253-254, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Assim, ressaltamos que arquivos não só acumulam memórias imóveis no tempo. O Arquivo Lésbico Brasileiro, ao destacar a

---

<sup>12</sup> No original: “Lo cierto es que la historización de las ideas lesbianas en América Latina, pero aun de las ideas feministas ha sido una tarea ardua a penas emprendida por unas pocas. Quizás por la falta de fuentes lo suficientemente relevantes como para marcar una generación. Por lo regular no ha sido muy tomada en serio, sino hasta muy recientemente la legitimidad de los conocimientos y pensamientos producidos por el feminismo desde Latinoamérica. [...] El reto es grande por intentar difundir y valorizar sus aportes, así como ardua la tarea de las autoras de confección de un texto capaz dar cuenta del contexto de producción a partir de un compromiso con la construcción de miradas interpretativas propias”.



importância da existência lésbica e da preservação de seus registros, toma momentos do passado para reimaginar o futuro (MUÑOZ, 2009) e propor novos temas para o estudo do gênero e da sexualidade. O papel da resistência à repressão, como articulado em grupos como o GALF, ecoa em iniciativas contemporâneas e inspira ativistas do presente. É no esforço de materializar um futuro no qual a lesbianidade não é invisibilizada e marginalizada, como imaginaram as mulheres que tomaram o Ferro's Bar em 1983, que o ALB se constitui como projeto e rede de colaboração, apontando a História Lésbica como um caminho frutífero de investigação.

Nesse aspecto, destacamos organizações semelhantes ao ALB que emergiram no Brasil e no mundo, parte de um debate maior sobre preservação da memória LGBTQIA+. O destaque para instituições dedicadas à memória lésbica ressalta a importância desses acervos não só pela documentação que abrigam, mas pelo papel social que possuem ao articular a comunidade lésbica. Se o arquivo de sentimentos é o que subverte a ideia de um arquivo monolítico, o ALB só se constitui por meio do investimento político e pessoal das pessoas que dele fazem parte e o compromisso com a memória lésbica. Conjugado isso com o papel social de articulação e mobilização da comunidade é a chave para a permanência da iniciativa.

A maior visibilidade de acervos como o ALB dentro e além das comunidades às quais se destinam sugere que eles possuem a capacidade de manter-se para além de suas atuais lideranças, longevidade exigida para guarda e preservação dos documentos. Além disso, sua inserção num debate mais amplo sobre memória, fomentado por iniciativas similares no Brasil e no mundo, aponta que há espaço de discussão para o lugar da existência lésbica na história dos movimentos sociais, do período ditatorial e da redemocratização no Brasil, bem como para a complexificação do entendimento a respeito das categorias identitárias contemporâneas.

A existência de um acervo como o ALB e de uma rede que se constitui a partir de sua fundação aponta, ainda, para a necessidade de preencher a lacuna historiográfica a respeito da lesbianidade no Brasil e para a reiteração do discurso que questiona a norma do sexo e gênero em favor de uma perspectiva que entende a multiplicidade da palavra “lésbica”. Com um arquivo lésbico, colocam-se no horizonte novas possibilidades para indagar as fontes históricas (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016), e, inclusive contribuir para o movimento de ruptura com os



“silêncios de Clio” – que é como tem sido chamada a invisibilidade ou marginalização das homossexualidades na História (VERAS; PEDRO, 2014, p. 92).

Consciente dos esforços de organização de grupos de lésbicas que a partir do final da década de 1970, que resultaram em produções independentes, na criação de uma imprensa própria e de uma rede de sociabilidades, o ALB se posiciona como questionador da norma que invisibiliza as identidades lésbicas, e se soma à resistência histórica das dissidentes sexuais e de gênero, buscando viabilizar um campo de pesquisa centrada nas memórias lésbicas.



## Referências

ANZALDÚA, Gloria. Geografías de identidades profundas Nos/Otras, las neplanteras y el nuevo tribalismo. In: ANZALDÚA, Gloria. **Luz en lo oscuro**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Hecht, 2021, p. 107-150.

ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO. **Estatuto social do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)**, 2020. Cartório do 5º Ofício de Notas, Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Brasília (DF).

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BESSETTE, Jean. **Retroactivism in the Lesbian Archives**: Composing Pasts and Futures. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2017.

BOYD, Nan Alamilla. “The History of the Idea of the Lesbian as a Kind of Person.” **Feminist Studies**, v. 39, n. 2, p. 362–65, 2013.

CVETKOVICH, Ann. “In the Archive of Lesbian Feelings.” **An Archive of Feelings**. New York: Duke University Press, 2003, p. 239–271.

CHENIER, Elise. Reclaiming the Lesbian Archives, **The Oral History Review**, v. 43 n. 1, p. 170-182, 2016.

CHENIER, Elise. “Hidden from Historians: Preserving Lesbian Oral History in Canada”. **Archivaria**, v. 68, p. 247-69, 2010.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. O Espantoso Casamento de Caxias: lesbianidade e transmasculinidade nos anos 1960. In: Renan Quinalha; Paulo Souto Maior. (Org.). **Novas fronteiras das histórias LBGTI+ no Brasil**. São Paulo: Editora Elefante, 2023, p. 219-240.



ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Historizar las disputas, indagar las fuentes: hipótesis para pensar el movimiento de lesbianas en América Latina. **Atlánticas**, v. 1, n. 1, p. 240-259, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Superando el Análisis Fragmentado de la Dominación: Una Revisión Feminista Descolonial de la Perspectiva de la Interseccionalidad. In: **En Tiempos de Muerte: Cuerpos, Rebeldías, Resistencias**. Buenos Aires: Clacso, Retos, 2019. p. 273-293.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle:** perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

FALQUET, Jules. Lesbianisme noir au Brésil. Entretien avec Neusa das Dores Pereira, Elizabeth Calvet. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 21, n 1, p. 110-124, 2001.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 125-148.

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s” cariocas – interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX.** Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

GREEN, James. **Além do Carnaval:** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.



GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GREEN, James N. et al. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York: New York University Press, 2005.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JOFFRION, Elizabeth. The Will to Collaborate. In: MCHUGH, Kathleen Anne; JOHNSON-GRAU, Brenda; SHER, Ben Raphael. **Making Invisible Histories Visible**: a Resource Guide to the Collections. Los Angeles: UCLA Center for the Study of Women, 2014, p. 29-33.

KÖHLEN, André Fontan; COSTA, Renato Eliseu; DE PAULA, Bárbara Rodarte. E o patrimônio histórico e artístico nacional? Política. **O Estado de S. Paulo (Estadão)**. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/e-o-patrimonio-historico-e-artistico-nacional/>. Acesso em 14 dez. 2022.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. A constituição do acervo digital do ALB: procedimentos técnicos e memórias políticas. **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. In: VIEIRA, Leonardo. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023, p. 166-179.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”**: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.



LATIMER, Tirza True. “[Introduction].” **Art Journal**, vol. 72, n. 2, p. 34–37, 2013.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. 2007. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MAIA, Caio C. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATOS, Caio. Os homossexuais na visão de Bolsonaro. Governo. Congresso em Foco. 25 set. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. **Iluminuras**, v. 24, n. 65, p. 34-65, 2023.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 4, p. 62-76, 2018.



TEMPORADA DE CAÇA. Direção: Rita Moreira. Produção: Rita Moreira. Brasil: produção independente, 1988. VHS.

MUÑOZ, José Esteban. **Cruising Utopia, 10th Anniversary Edition: The Then and There of Queer Futurity**, New York, USA: New York University Press, 2009.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

NOGUEIRA, Nadia. **Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960**. 2005. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OCANHA, Rafael Freitas. **“Amor, feijão, abaixo camburão”:** Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do Michê:** A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.



REA, Caterina A. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso; NETO, Rubens Mascarenhas. “History and Memory of Dissident Sexualities from Latin America: An Analysis of the Foundation, Current Activities, and Projects of AMAI LGBTQIA+.” **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, v. 5, n. 4, p. 69–89, 2021.

SILVEIRA-BARBOSA, PAULA. Os desafios de historiar a Imprensa Lésbica brasileira. In: Rita de Cássia Colaço Rodrigues; Elias Ferreira Veras; Benito Bisso Schmidt. (Orgs.). **Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+**. 1 ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021, v. 1, p. 33-45.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. **Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 281 f. 2019.

TAVES-SHEFFIELD, Rebecka. **Documenting Rebellions: A Study of Four Lesbian and Gay Archives in Queer Times.** Sacramento, CA: Library Juice Press, 2020.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.



## *Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB): El “giro de la memoria” y la construcción de una red disidente*

**RESUMEN:** Este artículo busca contextualizar la creación del Archivo Lésbico Brasileño (ALB) insertándolo en un proceso más amplio de iniciativas colectivas para preservar la memoria de comunidades y sujetos disidentes de la norma, buscando traer visibilidad a historias antes marginadas. A través del reconocimiento de la particularidad de la existencia lesbiana en Brasil, destacamos el proceso de constitución de las colecciones LGBTQIA+ en las últimas décadas, en la medida en que también discutimos las condiciones que permitieron que se desencadenara la memoria de estos grupos. Finalmente, debatimos el proceso de constitución del Archivo Lésbico Brasileño como red e iniciativa colectiva, señalando su particularidad y relevancia para la historia lesbiana.

**PALABRAS CLAVE:** Archivos. Historia Lesbiana. Memoria LGBTQIA+.

### **Paula SILVEIRA-BARBOSA**

Jornalista e pesquisadora. Cofundadora e Diretora-Geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB). Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília e discente do bacharelado em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sua dissertação, intitulada "Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo", recebeu menção honrosa no Prêmio de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura em 2020.

E-mail: paulaevelyn.b@gmail.com

### **Augusta da Silveira de OLIVEIRA**

*Doutoranda em História na Brown University com bolsa CAPES/Comissão Fulbright, onde desenvolve pesquisa a respeito da lesbianidade no Brasil durante o século XX. Licenciada, bacharel e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com período de estudo na Universidad de Buenos Aires (UBA) com bolsa ESCALA da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Possui experiência nas temáticas de História LGBTQIA+ e História das Relações de Gênero. Integrante do Arquivo Lésbico Brasileiro e do CLOSE - Centro de Referência da História da LGBTQI+ do RS.*

*Email: augustaslvr@gmail.com*



*Recebido em: 07/07/2023*

*Aprovado em: 29/05/2024*